

# 1 – RESOLUÇÃO DO SIMULADO

E aí, pessoal, tudo bem? Gostaram das questões do simulado? Separei muitas questões de cálculo para que vocês possam desenvolver a cada dia mais agilidade na hora de fazer contas. Essas questões foram retiradas dos nossos cursos de questões comentadas no site Estratégia Concursos, vejam:

CESPE: <https://www.estrategiaconcursos.com.br/curso/1000-questoes-comentadas-de-contabilidade-banca-cespe/>

FGV: <https://www.estrategiaconcursos.com.br/curso/questoes-comentadas-contabilidade-geral-e-avancada-contabilidade-de-custos-e-adc-fgv/>

CESGRANRIO: <https://www.estrategiaconcursos.com.br/curso/questoes-comentadas-contabilidade-geral-e-avancada-contabilidade-de-custos-e-adc-cesgranrio/>

Um forte abraço!

# 2 – LISTA DE QUESTÕES

1) Uma empresa apresentava, em 01/01/2013, o seguinte balanço patrimonial:

| Ativos   |              | Passivos + PL  |              |
|----------|--------------|----------------|--------------|
| Terrenos | R\$ 1.000,00 | Capital Social | R\$ 1.000,00 |
| Total    | R\$ 1.000,00 | Total          | R\$ 1.000,00 |

Em 2013 a empresa vendeu o terreno por R\$ 4.000,00 à vista e pagou imposto de renda de 34% sobre o lucro.

Considerando apenas essa transação, assinale a opção que indica o valor que foi gerado pela atividade de investimento na DFC 2013.

- a) R\$ 1.360,00.
- b) R\$ 1.980,00.
- c) R\$ 2.640,00.
- d) R\$ 2.980,00.

e) R\$ 4.000,00

### Comentários:

A empresa vendeu por \$ 4.000 um terreno que custou \$ 1.000. Portanto, conseguiu um ganho de capital de \$3.000, sobre os quais pagou imposto de renda de 34%.

Imposto de renda = \$ 3.000 x 34% = \$ 1.020

O recebimento da venda do terreno (\$ 4.000) é uma entrada do fluxo de atividades de investimento.

E o Imposto de renda? Normalmente, o imposto de renda (e a Contribuição Social sobre o Lucro) é classificado entre as atividades operacionais.

Mas, quando o Imposto de renda for identificado com uma determinada transação, da qual resultem fluxos de caixa que sejam classificados como atividades de investimento ou de financiamento, o fluxo de caixa dos impostos deve ser classificado como atividade de investimento ou de financiamento

Conforme o Pronunciamento CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa:

#### Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

35. Os fluxos de caixa referentes ao imposto de renda (IR) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) devem ser divulgados separadamente e devem ser classificados como fluxos de caixa das atividades operacionais, a menos que possam ser identificados especificamente como atividades de financiamento e de investimento.

36. Os tributos sobre o lucro (IR e CSLL) resultam de transações que originam fluxos de caixa que são classificados como atividades operacionais, de investimento ou de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa. Embora a despesa com impostos possa ser prontamente identificável com as atividades de investimento ou de financiamento, torna-se, às vezes, impraticável identificar os respectivos fluxos de caixa dos impostos, que podem, também, ocorrer em período diferente dos fluxos de caixa da transação subjacente. Portanto, os impostos pagos são comumente classificados como fluxos de caixa das atividades operacionais. Todavia, quando for praticável identificar o fluxo de caixa dos impostos com uma determinada transação, da qual resultem fluxos de caixa que sejam classificados como atividades de investimento ou de financiamento, o fluxo de caixa dos impostos deve ser classificado como atividade de investimento ou de financiamento, conforme seja apropriado. Quando os fluxos de caixa dos impostos forem alocados em mais de uma classe de atividade, o montante total dos impostos pagos no período também deve ser divulgado.

Assim, nesta questão, temos:

| <b>Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento</b> |                     |
|--|---------------------|
| <b>Recebimento da venda de Terreno</b>               | R\$ 4.000,00        |
| <b>Pagamento de IR sobre ganho de capital</b>        | -R\$ 1.020,00       |
| <b>Total de caixa gerado</b>                         | <b>R\$ 2.980,00</b> |

**Gabarito → D.**

2) **(FEPESE/ MPE-SC / Analista de Contas Públicas - Auditoria / 2014)** A Companhia Só Vende Ltda, sediada no Estado de Santa Catarina, atua na compra de produtos acabados e sua revenda para consumidores finais. Em final de fevereiro de 2014, tinha em seus estoques 100 calças com custo total de \$4.500,00. Em março, comprou mais 1.000 calças por um valor total de \$65.000,00, com destaque de ICMS de 17,0%, Cofins de 7,6% e PIS de 1,65%.

Considerando que ela utiliza o método de controle de estoque Preço Médio Ponderado, é correto afirmar que o novo custo unitário de cada calça que a empresa tem em estoque é de:

- a) \$45,00
- b) \$46,47.
- c) \$47,67
- d) \$47,93
- e) \$63,18.

#### **Comentários:**

Mais uma vez reforço a importância de conhecermos o estilo de cobrança da nossa banca. Essa questão possui um bom nível de dificuldade, mas como já resolvemos outras com o mesmo estilo, é só seguir a “receita de bolo”.

O estoque inicial da empresa era de 100 unidades a um custo total de R\$ 4500, isto é, R\$ 45,00 por unidade.

A empresa efetuou a compra de 1000 calças por um valor total de \$ 65.000,00, **com destaque** de ICMS de 17,0%, Cofins de 7,6% e PIS de 1,65%, isto é, esses tributos NÃO integram o custo do estoque, pois são tributos recuperáveis.

A carga tributária incidente sobre a operação foi de  $17,0\% + 7,6\% + 1,65\% = 26,25\%$ , isto é,  $65.000 \times 26,25\% = R\$ 17.062,50$ . Portanto, o valor registrado no estoque dessas mercadorias será de  $65.000 - 17.062,50 = R\$ 47.937,50$ .

Agora podemos obter o valor unitário do estoque, avaliado pelo custo médio:

Valor total do Estoque = 4500 + 47.937,50 = R\$ 52.437,50

Total de unidades = 100 + 1000 = 1100.

$$\text{Custo Médio} = \frac{52.437,50}{1100} \approx 47,67$$

Percebam que a banca não facilitou a nossa vida como os números, não é mesmo? Cálculos bem chatinhos de fazer e as alternativas são números bem próximos. Muito cuidado.

**Gabarito → C.**

3) **(IBFC/TRE-AM/ Analista Judiciário – Contabilidade/2014)** Dados para as duas próximas questões:

| Descrição                           | Capital Social | Reservas de Capital | Reservas de Lucro | LPA   | Outros Resultados | PL Consolidado |
|-------------------------------------|----------------|---------------------|-------------------|-------|-------------------|----------------|
| Saldos Iniciais                     | 606505         | 4025                | 10415             | 0     | 0                 | 620945         |
| Dividendos                          | 0              | 0                   | -1109             | 0     | 0                 | -1109          |
| Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício | 0              | 0                   | 0                 | -6745 | 0                 | -6745          |
| Outros Resultados Abrangentes       | 0              | 0                   | 0                 | 0     | 81                | 81             |
| Constituição de Reservas            | 0              | 2820                | 0                 | 0     | 0                 | 2820           |
| Absorção de Prejuízos Acumulados    | 0              | 0                   | -6745             | 6745  | 0                 | 0              |
| Saldos Finais                       | 606505         | 6845                | 2561              | 0     | 81                | 615992         |

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido é um relatório contábil que visa evidenciar as variações ocorridas em todas as contas que compõem o Patrimônio Líquido em um determinado período. Analise a DMPL de uma Cia de Capital Aberto, abaixo, e responda as questões.

Assinale a alternativa correta:

a) O valor do saldo final das Reservas de Lucro está incorreto, pois o % mínimo de saldo é de 20% do Capital Social. **Errado**, afirmação absurda, é a Reserva Legal não excederá o limite de 20% do Capital Social; essa limitação não é aplicável a todas as Reservas de Lucros. Destacamos ainda o art. 199 da lei 6404/76:

Art. 199. O saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, **não poderá ultrapassar o capital social**. Atingindo esse limite, a assembleia deliberará sobre aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

b) A transferência do valor das reservas de lucro está correta, pois esta conta tem como um dos objetivos a cobertura do prejuízo apresentado no período. **Correto**, a compensação de prejuízos é uma das utilidades das reservas de lucros e isso foi feito corretamente pela empresa.

c) A empresa não poderia pagar dividendos no período, pois obteve prejuízo e não lucro. **Errado**, o prejuízo do exercício foi absorvido pelas reservas de lucros, portanto, a empresa ainda pode fazer a distribuição de dividendos.

d) O saldo final do PL Consolidado está incorreto, pois com a cobertura do prejuízo acumulado o valor seria de \$622.737,00. **Errado**, o saldo final do PL consolidado foi apresentado corretamente na questão.

**Gabarito → B.**

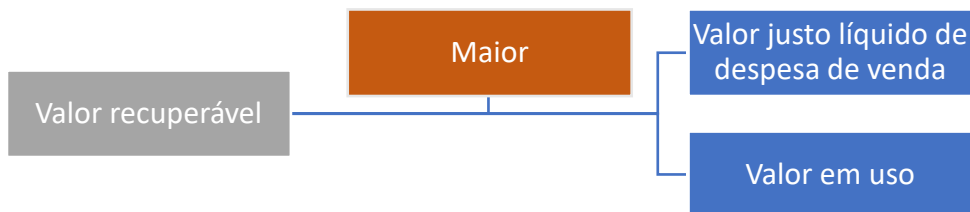
4) A Cia. Cruzeiro do Norte efetuou o teste de recuperabilidade do valor dos ativos (impairment test) em uma máquina de seu ativo imobilizado, tendo registrado uma perda de valor de R\$ 28.000,00. A máquina foi adquirida por R\$ 600.000,00. Na ocasião do teste, o percentual de depreciação acumulada da máquina era de 40% do valor depreciável, e a companhia estimou o valor justo da máquina em R\$ 325.000,00.

À vista do exposto, é correto afirmar que o valor em uso da referida máquina foi estimado pela companhia como correspondente, em R\$, a:

- a) 326.000,00
- b) 322.000,00.
- c) 332.000,00.
- d) 330.000,00.
- e) 336.000,00.

**Comentários:**

Pessoal, para resolvermos essa questão podemos fazer o teste de recuperabilidade “de trás para frente”, vejam:



A questão nos forneceu as seguintes informações:

|                               |           |
|-------------------------------|-----------|
| Valor Histórico               | 600.000   |
| (Depreciação Acumulada (40%)) | (240.000) |
| (Perda por recuperabilidade)  | (28.000)  |
| = Valor Contábil Líquido      | 332.000.  |
| Valor Líquido de Venda        | 325.000   |
| Valor em Uso                  | ???       |

Ou seja:

Valor Recuperável: 332.000

Valor Justo = 325.000

Valor em uso: podemos garantir que é 332.000 que esse será o valor recuperável.

**Gabarito → C**

5) **(FCC/TRE-SP/Analista Judiciário/Contabilidade/2017)** A Demonstração do Valor Adicionado – DVA tem por objetivo evidenciar a riqueza gerada pela empresa em determinado período e a forma como foi distribuída. Para elaborar a sua DVA, a Cia. Aberta obteve algumas informações apresentadas abaixo. (em R\$)

|  | (em R\$)   |
|--|------------|
| Receita de Vendas .....  | 700.000,00 |
| Despesa de salários .....  | 50.000,00  |
| FGTS depositado nas contas dos funcionários .....                          | 4.000,00   |
| ICMS incidente sobre as vendas .....                                       | 105.000,00 |
| ICMS incidente sobre as mercadorias vendidas adquiridas de terceiros ..... | 30.000,00  |
| INSS, parte empregador.....  | 11.000,00  |

Com base nessas informações, a riqueza distribuída na forma de impostos, taxas e contribuições foi, em reais,

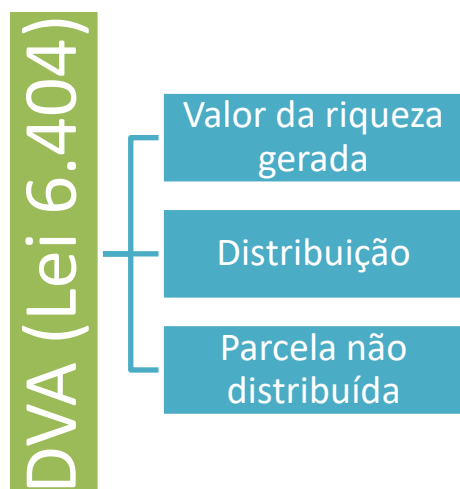
- (A) 150.000,00.
- (B) 116.000,00.
- (C) 120.000,00.
- (D) 86.000,00.
- (E) 90.000,00.

**Comentário:**

A Lei 6.404/76 estabelece o seguinte, sobre a Demonstração do Valor Adicionado:

**Art. 188.** As demonstrações referidas nos incisos IV e V do caput do art. 176 desta Lei indicarão, no mínimo: (Redação dada pela Lei nº 11.638, de 2007)

(...) II – **demonstração do valor adicionado:** o valor da riqueza gerada pela companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída. (Redação dada pela Lei nº 11.638, de 2007)



A lei 6.404/76, não trouxe um modelo de demonstração do valor adicionado a ser seguido, entretanto, o pronunciamento do CPC 09 o fez. Trouxe um modelo básico, aplicável às empresas em geral, o que vemos a seguir (de forma resumida):

| DESCRIÇÃO   | 20X1 | 20X0 |
|---|------|------|
| <b>1 - Receitas</b>   |      |      |
| <b>2 - Insumos adquiridos de terceiros (Inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS E COFINS)</b> |      |      |
| <b>3 - Valor adicionado bruto (1-2)</b>   |      |      |
| <b>4 – Retenções: Depreciação, amortização e exaustão</b>   |      |      |
| <b>5 - Valor adicionado líquido produzido pela entidade (3-4)</b>                                     |      |      |
| <b>6 - Valor adicionado recebido em transferência</b>   |      |      |
| <b>7 - Valor adicionado total a distribuir (5+6)</b>  |      |      |
| <b>8 - Distribuição do valor adicionado (*)</b>   |      |      |
| <b>8.1) Pessoal</b>   |      |      |
| 8.1.1 - Remuneração direta  |      |      |
| 8.1.2 - Benefícios  |      |      |
| 8.1.3 - F.G.T.S   |      |      |
| <b>8.2) Impostos, taxas e contribuições</b>   |      |      |
| 8.2.1 - Federais  |      |      |
| 8.2.2 - Estaduais   |      |      |
| 8.2.3 – Municipais  |      |      |
| <b>8.3) Remuneração de capitais de terceiros</b>  |      |      |
| 8.3.1 - Juros   |      |      |
| 8.3.2 – Aluguéis  |      |      |
| 8.3.3 - Outras  |      |      |
| <b>8.4) Remuneração de capitais próprios</b>  |      |      |
| 8.4.1 - Juros sobre o capital próprio   |      |      |
| 8.4.2 - Dividendos  |      |      |
| 8.4.3 - Lucros retidos / Prejuízo do exercício  |      |      |
| 8.4.4 - Participação dos não-controladores nos lucros retidos (só p/ consolidação)                    |      |      |



A riqueza distribuída na forma de impostos, taxas e contribuições foi, em reais:

|  |               |
|--|---------------|
| ICMS incidente sobre as vendas.                              | 105.000       |
| ICMS incidente sobre as mercadorias adquiridas de terceiros. | - 30.000      |
| INSS, parte empregador.                                      | 11.000        |
| <b>Valor adicionado - Impostos, taxas e contribuições.</b>   | <b>86.000</b> |

**Gabarito → D**

6) **(FGV/TCM SP/Contador/2015)** A Cia. Industrial Iota tem uma participação de 25% no capital social da Comercial Kapa S.A., que é composto exclusivamente por ações ordinárias. Os demais investidores da Comercial Kapa S.A. são independentes do grupo econômico ao qual a Cia. Industrial Iota pertence. Em 30/11/x1, a Cia. Industrial Iota vendeu produtos à Comercial Kapa S.A. por um total de R\$1.000.000.

Esses produtos tiveram um custo para a Cia. Industrial Iota de R\$800.000. Até 31/12/x1, a Comercial Kapa S.A. havia vendido metade desses produtos a clientes que não eram partes relacionadas nem dela nem da Cia. Industrial Iota. Sabendo que essas transações não são tributadas, que não houve outras operações entre ambas as companhias durante x1, e que ao final desse exercício a Comercial Kapa S.A. obteve um lucro líquido de R\$1.200.000, o efeito líquido no resultado da Cia. Industrial Iota de sua participação nos resultados de x1 da Comercial Kapa S.A. será de:

- (A) R\$100.000;
- (B) R\$200.000;
- (C) R\$250.000;
- (D) R\$275.000;
- (E) R\$300.000.

**Comentários:**

Vamos calcular o lucro retido nos estoques:

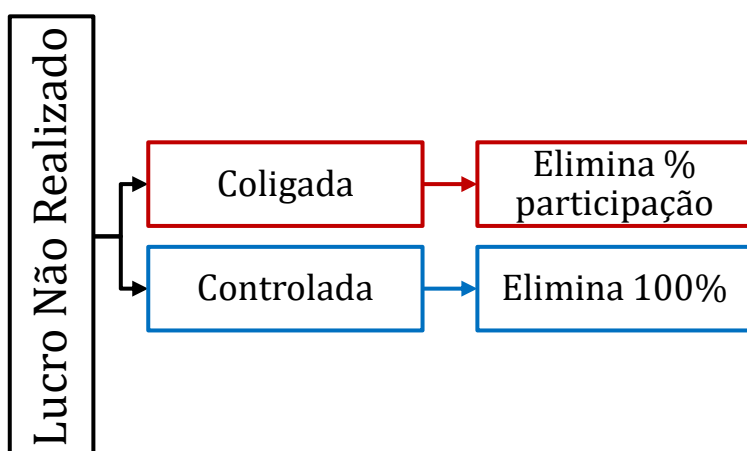
|                             |           |
|-----------------------------|-----------|
| Venda                       | 1.000.000 |
| Custo dos produtos vendidos | (800.000) |
| Lucro na operação           | 200.000   |

Como metade dos produtos foram vendidos para terceiros, o lucro retido nos estoques é de  $\$200.000 / 2 = \$100.000$ .

Agora, a participação nos resultados. Antes, devemos lembrar que a regra para o cálculo da equivalência patrimonial, quando houver lucros retidos no estoque, é a seguinte:

Entre **coligadas**: diminui apenas a **participação da investidora**. Nesta questão, apenas 25% do lucro não realizado ou lucro retido será abatido do cálculo da equivalência patrimonial.

No caso de **controlada**: **diminui 100%** do valor do lucro não realizado, ainda que a participação da controladora seja menor que 100%. Por exemplo, no caso de uma controladora com 60% de participação, devemos abater 100% do lucro não realizado, para o cálculo da equivalência patrimonial.



Equivalência patrimonial:

|                         |           |
|-------------------------|-----------|
| Lucro líquido           | 1.200.000 |
| x participação          | 25%       |
| = subtotal              | 300.000   |
| (-) Lucro não realizado | (25.000)  |
| Resultado               | 275.000   |

Calculo do lucro retido no estoque:

Total lucro não realizado  $\$100.000 \times$  participação 25% =  $\$25.000$

**Gabarito → D.**

7) **(CESGRANRIO/BR-Distribuidora/Tec.Suprimento/2013)** Uma companhia comercial que controla seus estoques pelo inventário permanente apresentou as seguintes informações relativas à movimentação de mercadorias no mês novembro de 2012

| Dia | Histórico             | Quantidade | Valor unitário |
|-----|-----------------------|------------|----------------|
| 10  | Compra de mercadorias | 3.000      | 20,00          |
| 15  | Compra de mercadorias | 2.000      | 26,00          |
| 18  | Compra de mercadorias | 5.000      | 18,00          |
| 25  | Venda de mercadorias  | 8.000      | 25,50          |
| 28  | Compra de mercadorias | 13.000     | 21,70          |
| 30  | Venda de mercadorias  | 12.000     | 22,50          |

Considerando-se exclusivamente os dados informados e adotando-se o método da Média Ponderada Móvel, o estoque final de mercadorias, no mês de novembro/2012, em reais, é

- a) 10.100,00
- b) 40.400,00
- c) 60.000,00
- d) 64.500,00
- e) 65.100,00

**Comentários:**

Pessoal, infelizmente, quando a questão solicitar o estoque final pelo critério da média ponderada móvel, não temos muito o que fazer. O caminho é preparar a ficha de estoque, mesmo que não preenchamos todo os campos. Mãos à obra.

| Entrada   |       |                | Saída     |       |                | Saldo         |       |                |
|-----------|-------|----------------|-----------|-------|----------------|---------------|-------|----------------|
| VU        | QTD   | TOTAL          | VU        | QTD   | TOTAL          | VU            | QTD   | TOTAL          |
| R\$ 20,00 | 3000  | R\$ 60.000,00  |           |       |                | R\$ 20,00     | 3000  | R\$ 60.000,00  |
| R\$ 26,00 | 2000  | R\$ 52.000,00  |           |       |                | R\$ 22,40     | 5000  | R\$ 112.000,00 |
| R\$ 18,00 | 5000  | R\$ 90.000,00  |           |       |                | R\$ 20,20     | 10000 | R\$ 202.000,00 |
|           |       |                | R\$ 20,20 | 8000  | R\$ 161.600,00 | R\$ 20,20     | 2000  | R\$ 40.400,00  |
| 21,7      | 13000 | R\$ 282.100,00 |           |       |                | R\$ 21,50     | 15000 | R\$ 322.500,00 |
|           |       |                | R\$ 21,50 | 12000 | R\$ 258.000,00 | R\$ 21,50     | 3000  | R\$ 64.500,00  |
|           |       |                |           |       |                | Estoque Final |       |                |
|           |       |                | CMV       |       | R\$ 419.600,00 | R\$ 21,50     | 3000  | R\$ 64.500,00  |

## Gabarito → D

8) **(CESGRANRIO/Auditor Júnior/Petrobras/2018)** O artigo 176 da Lei no 6.404/1976, Lei das Sociedades Anônimas e posteriores alterações, define um conjunto de demonstrações contábeis que devem ser publicadas pelas sociedades anônimas (S.A.). Paralelamente, o pronunciamento contábil CPC 26 (R1) define um conjunto completo de demonstrações contábeis também aplicáveis às S.A.

No que se refere estritamente ao direcionamento dos termos legais e do pronunciamento citados, para uma sociedade anônima de capital aberto, a(s)

(A) demonstração do resultado abrangente do período é obrigatória.

(B) publicação da demonstração do valor adicionado não é obrigatória, mas pode ser ato voluntário ou exigência de agência reguladora.

(C) publicação das demonstrações citadas na Lei é obrigatória, e a publicação das demonstrações citadas no pronunciamento é voluntária.

(D) publicações da demonstração das mutações do patrimônio líquido do período e do balanço social são obrigatórias.

(E) publicações das demonstrações do valor adicionado, do resultado abrangente do período e a das origens e aplicações de recursos são obrigatórias.

### Comentários:

A letra a é o nosso gabarito! A demonstração de resultado abrangente é obrigatória segundo o CPC 26.

A letra b está incorreta. A DVA é sim obrigatória.

A letra c está incorreta. Lei 6.404 e CPC 26 são complementares e ambos são obrigatórios.

A letra d está incorreta. O balanço social não é obrigatório.

A letra e está incorreta. A DOAR deixou de ser obrigatória com as modificações contábeis.

**Gabarito → A.**

9) **(ESAF/Auditor Fiscal/ISS RJ/2010)** A Cia. das Máquinas S/A faz seus balanços considerando um exercício coincidente com o ano calendário. Nesse exercício, a conta Máquinas e Equipamentos apresenta um saldo devedor de R\$ 900.000,00.

A empresa utiliza contabilização mensal dos encargos de depreciação e uma taxa anual de 12%, para os cálculos. Entre os equipamentos, R\$ 400.000,00 foram comprados em abril de 2008; R\$ 300.000,00 foram comprados em abril de 2009 e o restante, em agosto de 2009.

Ao encerrar o ano de 2009, na Demonstração do Resultado do Exercício, os encargos de depreciação com esses equipamentos terão o valor de

- a) R\$144.000,00.
- b) R\$121.000,00.
- c) R\$108.000,00.
- d) R\$ 85.000,00.
- e) R\$ 60.000,00.

### **Comentários**

As máquinas compradas em 2008, sofrerão, em 2009, depreciação relativa aos 12 meses, isto é,  $R\$ 400.000 \times 12\% = R\$ 48.000,00$ .

As máquinas compradas em abril de 2009 computarão depreciação relativas a 9 meses de uso, isto é,  $R\$ 300.000,00 \times 12\% \times 9/12 \text{ meses} = R\$ 27.000$ .

Por seu turno, as máquinas compradas em agosto de 2009 computarão depreciação relativas a 5 meses de uso. Calculando,  $R\$ 200.000 \times 12\% \times 5/12 \text{ meses} = R\$ 10.000,00$ .

Somando, teremos:  $R\$ 48.000,00 + 27.000,00 + 10.000 = R\$ 85.000,00$ .

**Professores**, por que os equipamentos que foram comprados em abril de 2008 tiveram a depreciação calculada somente referente a 2009, excluindo os meses de uso de 2008?

Vejam o que pede a questão: ao encerrar o ano de 2009, na Demonstração do Resultado do Exercício, os encargos de depreciação com esses equipamentos terão o valor de (...) Os "encargos de depreciação" ficam em conta de resultado. As contas de resultado são zeradas no encerramento do balanço. Portanto, só entram os encargos do ano de 2009. Os encargos referentes ao ano de 2008 foram encerrados no fechamento de 2008. Repetimos! As contas de resultado são encerradas no fechamento do balanço, ficando com saldo zero. Assim, os encargos de depreciação (ou a despesa de depreciação) do ano de 2011 não incluem as despesas de anos anteriores (já foram encerradas).

Agora, se a questão pedir a Depreciação Acumulada (conta retificadora do Ativo), aí entra toda a depreciação, incluindo a depreciação de anos anteriores.

- Encargos de depreciação = resultado = só entra a despesa do ano.

- Depreciação acumulada = balanço patrimonial= entra toda a depreciação, desde o início.

**Gabarito → D.**

10) As características das aplicações financeiras realizadas por uma empresa no dia 01/12/2016 são apresentadas na tabela a seguir:

| Valor Aplicado (R\$) | Data de vencimento | Mensuração definida pela empresa                                    | Taxa de juros | Valor Justo em 31/12/2016 (R\$) |
|----------------------|--------------------|---|---------------|---------------------------------|
| 600.000,00           | 31/05/2020         | Mensuração ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes | 1%a.m.        | 604.000,00                      |
| 800.000,00           | 30/06/2022         | Mensuração ao custo amortizado                                      | 2%a.m.        | 820.000,00                      |
| 1.000.000,00         | 31/10/2019         | Mensuração ao valor justo por meio do resultado                     | 1,5%a.m.      | 1.018.000,00                    |

O valor total apresentado no Balanço Patrimonial da empresa, em 31/12/2016, e o efeito total na Demonstração do Resultado de 2016, para as três aplicações em conjunto foram, respectivamente, em reais,

- (A) 2.438.000,00 e 40.000,00.
- (B) 2.438.000,00 e 35.000,00.
- (C) 2.437.000,00 e 37.000,00.
- (D) 2.442.000,00 e 42.000,00.
- (E) 2.438.000,00 e 38.000,00.

**Comentário:**

Os Títulos mensurados ao custo amortizado são semelhantes aos antigos títulos mantidos até o vencimento. O valor dos rendimentos (juros) vai para o resultado e não são ajustados ao valor justo.

Para os títulos mensuração ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, o valor dos rendimentos (juros) vai para o resultado; o ajuste a valor justo vai para o PL, na conta Ajuste de Avaliação Patrimonial.

Quanto aos títulos mensurados ao valor justo por meio do resultado, os rendimentos e o ajuste a valor justo vão para o Resultado.

Vamos aos cálculos:

| Título                                 | Valor     | Juros  | Ajuste a VJ | Balanço   | Resultado | PL      |
|--|-----------|--------|-------------|-----------|-----------|---------|
| Mensurado ao VJ - Resultado abrangente | 600.000   | 6.000  | - 2.000     | 604.000   | 6.000     | - 2.000 |
| Mensurado da custo amortizado          | 800.000   | 16.000 |             | 816.000   | 16.000    |         |
| Mensurado ao VJ - Resultado            | 1.000.000 | 15.000 | 3.000       | 1.018.000 | 18.000    |         |
| Total                                  |           |        |             | 2.438.000 | 40.000    | - 2.000 |

Portanto, o valor do Balanço é \$2.438.000 e o efeito na Demonstração do Resultado do Exercício é de \$40.000.

**Gabarito →A**

---